



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA – UR.17



Expediente: TC-015499.989.21-8

Mencionado(a): Prefeitura Municipal de Igarapava;

Órgão de Origem: Ministério Público de São Paulo - MPSP;

Assunto: Encaminha Ofício nº 1952/2021 – EXPPGJ – Processo SEI nº 29.0001.0142700.2021-36, datado de 20 de julho de 2021, acompanhado do Ofício nº 417/2021 (SEI 29.0001.0054984.2021-6) de 18 de julho de 2021, subscrito pelo Promotor de Justiça de Igarapava, Dr. Aluísio de Souza Marcelo, solicitando informações sobre a análise dos procedimentos de Dispensa de Licitação nºs 12/2019, 02/2020, 20/2020 e 01/2021 relativos à contratação de interventor para a Santa Casa de Igarapava- SP

Conselheiro: Dr. Sidney Estanislau Beraldo

Instrução: UR.17 / DSF-II.

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização em substituição,

Tratam os autos de Ofício nº 1952/2021, encaminhando ofício subscrito pelo Promotor de Justiça de Igarapava, Dr. Aluísio de Souza Marcelo, requerendo informações sobre a análise dos procedimentos de Dispensa de Licitação nºs 12/2019, 02/2020, 20/2020 e 01/2021 que se referem à contratação do Sr. Marcelo Ormeneze como interventor da Santa Casa de Misericórdia de Igarapava.

Segundo apurado, por meio de expediente interno autuado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob o nº MP:66.0283.0000707/2020-6, o Dr. Adriano Vanderlei Mellega, 2º Promotor de Justiça de Igarapava, pretende verificar a regularidade dos procedimentos administrativos formalizados para contratação de interventor para a Santa Casa de Igarapava (doc. 01 deste evento).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA – UR.17



De nossa parte, verificamos que a Prefeitura Municipal de Igarapava, após decretação de intervenção junto à Santa Casa de Misericórdia local¹, providenciou a contratação do Sr. Marcelo Ormeneze no dia 23.07.2019.

Conforme apurado por esta Fiscalização, referida contratação foi precedida de procedimento de dispensa de licitação (nº 12/2019) fundamentado nos termos do art. 24, inc. IV, da Lei de Licitações, em razão da situação emergencial verificada e a escolha do interventor foi feita *“com base no currículo profissional, bem como em isso atuação como membro de entidades cujo objeto é voltado em sua primazia ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como pela atuação no poder público executivo municipal, mais precisamente na atual gestão, exercendo a contento em comissão o cargo de Diretor do Departamento Administrativo no período de 01.08.2017 a 19.03.2018”* (doc. 02 deste evento).

Ademais, verificamos que o contrato inicial vem sendo prorrogado a cada seis meses, sem reajustes nos valores pactuados, ou seja, R\$ 42.000,00 (seis parcelas mensais de R\$ 7.000,00), por meio de novos contratos, todos precedidos de novas dispensas de licitações (nºs 02/2020, 20/2020 e 01/2021 - docs. 03/05 deste evento).

Cumpramos mencionar ainda termos apurado, após análise realizada sobre a documentação disponibilizada pela Origem, que as dispensas acima mencionadas atenderam a legislação pertinente, uma vez que todas dispunham de declaração de existência de recursos, justificativas, parecer jurídico, publicação do contrato e termo de ciência e notificação (docs. 02/05 deste evento).

Informamos ainda que, atualmente, o interventor contratado, Sr. Marcelo Ormeneze, permanece exercendo suas atividades conforme contrato nº 58/2021, firmado em 07.07.2021 em decorrência da Dispensa de Licitação nº 09/2021 (doc. 06 deste evento), realizada após a edição do Decreto Municipal nº 2.464/2021 (doc. 07 deste evento).

Por fim, vale registrar que o próprio Ministério Público já providenciou o arquivamento do expediente interno que deu origem ao presente protocolado sob a conclusão de que *“ao cabo das investigações preliminares, não restou demonstrada conduta dolosa ou culposa que pudesse ensejar ajuizamento da respectiva ação civil ou adoção de outra medida administrativa”*

¹ Conforme Decreto Municipal nº 2.157, de 23.07.2019;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA – UR.17



(doc. 08 deste evento).

Conforme determinação do Exmo. Conselheiro Dr. Sidney Estanislau Beraldo, inserida no evento 41, em prol da celeridade processual, instruímos nestes próprios autos a matéria tratada neste expediente para que a mesma possa subsidiar o exame das contas do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Igarapava, objeto do TC-3107.989.20, ao qual este protocolado já se acha referenciado

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.17-Ituverava, em 24 de novembro de 2021.

Júlio César Coutinho Nahuz
Agente da Fiscalização